



OS 'LUGARES DA MEMÓRIA' DA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR REVISITADOS EM PETRÓPOLIS-RJ

Patrícia Ferreira de Souza Lima

Cefet/RJ

lima.patriciasouza@gmail.com

Diego Grossi

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

diegogrossibr@gmail.com

Resumo:

Se reconhecemos uma cidade criativa pela sua capacidade de solução de problemas sociais com inovação, a parceria entre o projeto de extensão "Cefet campus Petrópolis: histórias de um prédio público por excelência" e a Comissão Municipal da Verdade elaborou um roteiro de visita técnica mediada pelos locais da memória da ditadura empresarial-militar na cidade com o objetivo não só de sensibilizar o olhar turístico sobre a memória de repressão e da oposição na Cidade Imperial, mas também para que, em caráter de turismo pedagógico, professores da rede pública e alunos de graduação em Turismo, conectassem com este período histórico para que nunca mais seja esquecido. As visitas técnicas mediadas fizeram parte da programação da *II Semana da Memória, Verdade e Justiça*, em abril de 2017.

Palavras-chave: visita técnica; ditadura militar; memória; história pública.

Abstract:

If we recognize a creative city for its capacity to solve social problems with innovation, the partnership between the extension project "Cefet campus Petrópolis: stories of a public building par excellence" and the Municipal Commission of Truth elaborated a roadmap of technical visit mediated by the Locality of the memory of the business-military dictatorship in the city, with the objective not only of raising awareness about the memory of repression and opposition in the Imperial City, but also of pedagogical tourism, public school teachers and students of Graduating in Tourism, connect with this historical period so that it is never forgotten. The technical visits were part of the program of the *Second Week of Memory, Truth and Justice* (in April 2017).

Keywords: technical visit; military dictatorship; memory; public history.

1. Um projeto de memória de um prédio público por excelência para uma ação extensionista de memória, verdade e justiça

O campus Petrópolis do Cefet-RJ situa-se no entorno do conjunto urbano-paisagístico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1982. A presente edificação, construída nos primeiros anos da República para substituir o galpão dos quartéis de meados do século XIX, é atravessada por antecedentes históricos que remontam ao Império, mas que se inscreve na história republicana como símbolo do poder judiciário regional, afirmando-se como um prédio público por excelência. Este caráter público consolida-se em nova fase como instituição educacional, que tem por um dos desafios a construção de sua identidade tramada na história petropolitana.

A unidade descentralizada do Cefet/RJ ocupa esta edificação desde 2008. Então, prestes a celebrar seus 10 anos de campus na serra e pela riqueza de detalhes arquitetônicos preservados desde o final do século XIX, foi elaborado um projeto de extensão em prol de sua memória histórico-arquitetônica. O principal objetivo do projeto de extensão, nomeado “Cefet campus Petrópolis: histórias de um prédio público por excelência”, é oportunizar ações que promovam a educação patrimonial do edifício para a comunidade da cidade serrana. Desde 2016 vem sendo realizado amplo levantamento de dados acerca da trajetória do edifício antes mesmo da sua construção em 1894. O inventário e levantamento de conteúdos relativos ao campus Petrópolis, bem como sondagem do público a ser atingido (pesquisa de mercado) tem levado a um segundo objetivo que seria a elaboração de estratégias interpretativas pela oferta de curso de capacitação para alunos do curso de Bacharelado em Turismo que atuarão como mediadores e propositores de ações interpretativas, com vistas a bem receber e orientar o público na interpretação do prédio, considerando aspectos arquitetônicos, históricos e do patrimônio.

Capacita-se os alunos com o propósito de levar o participante a percorrer o campus com a orientação de mediadores que o auxiliam na percepção e na compreensão dos principais aspectos arquitetônicos e históricos que se configuram na edificação, favorecendo sua interpretação. Cada oportunidade de parceria com os pesquisadores locais tem sido muito proveitosa, a começar, em 2016, pela própria secretaria regional do IPHAN, localizada em Petrópolis. Numa dessas empreitadas, em 2017, foi proposta à Comissão Municipal da Verdade (CMV) de Petrópolis, como

atividade da programação da *II Semana da Memória, Verdade e Justiça*, organizada pela mesma, uma visita técnica em caráter de turismo pedagógico, direcionada a professores municipais e alunos do curso de Bacharelado em Turismo, pelos locais de memória da ditadura empresarial-militar na cidade, a começar pelo nosso salão nobre, preservado não só pela disposição do mobiliário, mas especialmente pelas pinturas e estuques que lembram o motivo de sua edificação: ser local da justiça na então capital do estado do Rio de Janeiro, a pedido de seu presidente fluminense, o petropolitano José Thomaz da Porciúncula.

A CMV Petrópolis se insere no processo de busca por memória, verdade e justiça tributário da Comissão Nacional da Verdade - instituída pela lei 12.528/2011, tendo como tarefa investigar as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988, com destaque para o período da ditadura militar (1964-1985). Em Petrópolis, a gênese de tal instituição se dá com as mobilizações de diversas entidades da sociedade civil em torno da luta pela desapropriação do centro clandestino de tortura e execução do regime militar conhecido como Casa da Morte; gerando, no ano de 2015, um grupo Pró-Comissão Municipal da Verdade - responsável por mobilizar a população local em audiências públicas sobre a ditadura na cidade. A lei municipal 7.207/2014 já havia estabelecido a criação de uma comissão da verdade no município, mas é através destas mobilizações que o perfil da entidade vai ganhando corpo, sendo estabelecida de fato com a regulamentação presente no decreto 893 de 11 de dezembro de 2015, desencadeando desde o início de 2016 (e até a presente data, com previsão de término apenas no findar de 2018) seus trabalhos de pesquisa. Nesse sentido, a *II Semana de Memória, Verdade e Justiça* (de 1º a 08 de abril de 2017 como parte do calendário oficial do município – outra conquista do Grupo Pró-CMV marcada agora com as letras da lei) se inseriu num contexto maior de mobilizações na cidade, sendo a agenda da visita técnica parte de tal conjuntura. Na sua concretização materializaram-se duas caminhadas: uma primeira, no dia 06 de abril de 2017, e outra, no dia seguinte. A primeira foi pensada para um público mais restrito e com caráter de ensaio, sendo a do dia 07 realizada de maneira mais refinada e com um público amplo (de professores, estudantes de ensino médio e superior, militantes políticos e membros da CMV) e, por isso, foco da descrição aqui feita.

Considera-se que a visita exerceu um importante papel formativo em nível profissional e cidadão. Os estudantes que monitoraram a atividade pelo curso de

bacharelado em Turismo do Cefet ou simplesmente participaram da atividade acompanhando o percurso tiveram a oportunidade de vincular seu contexto acadêmico ao conhecimento prático por meio de participação ativa. A situação provocou o encontro do acadêmico com os desafios profissionais de se preparar um roteiro com potencial turístico a partir dos lugares de memória levantados pelos pesquisadores locais até então – sendo notória a carência de estrutura, segurança e organização, com destaque para a total ausência de preparação para abertura destes à ulterior visita de grupos. Menção especial deve ser feita à Casa da Morte, cuja proposta defendida pela Comissão é a de anuência para com a campanha em prol da desapropriação da mesma e a subsequente criação, ali, de um Centro de Memória, Verdade e Justiça sobre as vítimas do regime militar.

A parceria entre a CMV Petrópolis e o projeto “Cefet campus Petrópolis: histórias de um prédio público por excelência”, que pesquisa e propõe o plano interpretativo da edificação e capacita monitores para visitas mediadas pelas salas históricas, mostrou como universidades e escolas (públicas ou privadas) podem ter seus educadores e alunos beneficiados com uma formação teórica e prática de caráter turístico, histórico e pedagógico abordando um tema imprescindível da história contemporânea do país.

2. Objetivos das visitas técnicas mediadas: experiência de história pública

Segundo Ana Carla Reis (2011), uma primeira referência para uma cidade que é criativa é a forte característica da solução de problemas sociais com inovação: “As inovações refletem, portanto, uma mudança de olhar; uma cidade criativa está em permanente busca de algo novo, impensado, interessante, o que lhe dá uma ambiência de viver em estado de transformação”. Então, debater o turismo no horizonte das cidades criativas implica também em renovar o olhar sobre a cidade edificada, a ambiência arquitetônica onde se constrói a vida urbana. Em educação patrimonial, como sensibilizar para transformar nossas percepções e relações com uma arquitetura do final do século XIX, que é tão cotidiana aos petropolitanos, senão a partir da provocação do olhar para as marcas que o tempo imprime na memória republicana?

Memória republicana já subdividida, pois nosso edifício remete a 1894, quando Petrópolis passa a ser capital do Estado do Rio de Janeiro, mas a cidade continua a receber os presidentes nos meses de verão até a construção de Brasília, e a

guardar para si um lugar especial de memória para as articulações de poder na serra. Por ser público, recebeu milhares de cidadãos da região em suas repartições de coletoria ou diversos cartórios, até o início do século XXI. Então, o projeto não visa estagnar a memória edílica dos tempos de Capital que lhe força a memória arquitetônica, mas lembrar, em história pública, história elaborada com a comunidade, os tempos também de diversa leitura do que é justiça: o regime político de ditadura empresarial-militar. Em parceria Cefet-CMV, o projeto de visita técnica foi planejado a partir do levantamento, realizado pela Comissão, da história dos principais prédios e patrimônios que se relacionam à temática - em que grande parte se encontra no relatório parcial produzido pelo (ainda) Grupo Pró-CMV (2015, pp. 11-17) e oriundo da anterior colaboração de dois membros de tal grupo (entre eles Roberto Schiffler Neto, atual membro da CMV Petrópolis) para com o projeto “Cartografias da Ditadura”.

Dentre os diversos lugares de memória referentes ao golpe de 1964 e ao regime militar em Petrópolis foram escolhidos, com base nos fatores relevância e acessibilidade, dez destes:

1) antigo Fórum municipal (atual Cefet); 2) Edifício Centenário; 3) 67^a Delegacia de Polícia (hoje em dia um Centro de Moda e Serviços da Rua Teresa); 4) Sindicato dos têxteis; 5) Câmara dos Vereadores; 6) Rua da Imperatriz; 7) Antiga sede do PCB municipal (localizada numa sala comercial do Edifício Santa Inês); 8) Casa da Morte; 9) Palácio Rio Negro; 10) Centro Alceu Amoroso Lima pela Liberdade (CAALL).

Os dois últimos, o Palácio Rio Negro (entre outras histórias, local de estadia dos generais-presidentes durante a ditadura) e o CAALL (que guarda o acervo de Alceu Amoroso Lima, importante opositor do regime), foram, pelo menos nessas primeiras experiências, retirados da visita física por conta da distância ante as demais localidades, sendo referidos apenas em citações ao longo das caminhadas - assim como a figura de Jana Moroni, guerrilheira desaparecida/assassinada no Araguaia que viveu grande parte do seu tempo em Petrópolis.

Dessa forma, os oito locais restantes foram organizados em torno de três eixos:

- a) conspiração golpista (Edifício Centenário, onde desde 1962 lideranças nacionais de expressão se reuniam para conspirar contra João Goulart);
- b) repressão (antigo Fórum, 67^a DP, Câmara dos Vereadores e Casa da Morte) e;

- c) resistência (Sindicato dos têxteis, Câmara dos Vereadores, Rua da Imperatriz e antiga sede do PCB).

A seleção permite também observar as várias fases do momento histórico em questão, como a primeira, de radicalização, com a ascensão das lutas populares e o golpe de 1964 (Sindicato dos têxteis, sede do PCB em 1964, Câmara dos Vereadores e Edifício Centenário), a institucionalização da repressão e a resistência armada (antigo Fórum, 67^a DP e Rua da Imperatriz, onde possivelmente fora capturado um importante guerrilheiro) e a redemocratização (sede do PCB – retomada pelos comunistas nos anos 1980).

Na construção da narrativa da visita técnica, a abertura no Cefet é de grande valia pelo fato do prédio possuir uma história que vem do período colonial, ofertando um ótimo exemplo de possibilidades de exploração de um lugar de memória sob diferentes prismas. Assim, o salão nobre do campus Petrópolis é nosso local de encontro e primeiro ponto do circuito a ser realizado a pé pelas ruas do Centro Histórico, totalizando cerca de quatro quilômetros a serem percorridos em torno de duas horas e meia. Ao abrir as portas do Cefet Petrópolis com ação extensionista, o projeto não apenas promoveu interação com o público externo, como também articulou as dimensões de ensino, através das disciplinas Patrimônio Cultural, História Regional e História da Arte II dos Cursos de Turismo, e de pesquisa, pelo levantamento documental e bibliográfico, mobilizando estudantes bolsistas e voluntários na criação e implementação das ações.

A educação profissional, seja ela de nível médio ou superior, necessita de qualificação adequada. Os docentes precisam desenvolver métodos que viabilizam o amadurecimento profissional para inserção no mercado de trabalho (SOUZA, 2012). A atividade, com bases técnicas e científicas, abordou temas éticos e políticos ao abordar por diferentes aspectos a ditadura empresarial-militar: conspiração golpista, repressão e resistência. Ao mesmo tempo, proporcionou um enriquecimento nas relações sociais, históricas e culturais no percurso por prédios do cotidiano petropolitano que ganham nova conotação, ancorando histórias, tornando-se lugares de memória (NORA, 1993).

Nas visitas técnicas observa-se a presença das quatro técnicas de ensino: ouvir, falar, vivenciar/questionar e transformar, de forma a atingir as necessidades na formação do profissional de turismo, onde o educando pode compreender a realidade do produto, do destino e do equipamento turístico. [...] Desta maneira a visita técnica liga-se a uma perspectiva de um conhecimento prático, além da sala de aula em que aponta para o alcance

das competências do profissional de turismo [...] Ainda se considera que o meio onde se dará a visita técnica desperta um interesse para a compreensão dos elementos teóricos do componente curricular e outros elementos da vivência cultural, ambiental e política do discente. (CARVALHO, 2012)

A repressão desencadeada pelo regime militar e a resistência à mesma deixaram suas marcas em Petrópolis. O trabalho da CMV traz à luz diversas manifestações municipais destes fenômenos e é dever de um profissional do turismo estar integrado a trabalhos que levistem a história de um determinado lugar para julgar se o ambiente pode se tornar um futuro ponto turístico. É preciso de tempo para que esses lugares de memória sejam preparados para receber o grande público e terem a sua história difundida. É possível, pela visita técnica, compreender como a comunidade local ou cidadãos de outras regiões reagiriam ao ter contato com um passado sombrio, assim como trabalhar um roteiro onde talvez o lazer seja explorar o negativo de locais com a visão de impedir que os fatos ocorridos não voltem a ocorrer. O outro lado da cidade tradicionalmente esquecido, o de “cidade operária” (RIBEIRO, 2014), também oferece grande potencial a ser explorado turisticamente através do eixo golpe-ditadura, já que as lutas por direitos sociais e contra a repressão também foi uma importante marca local do período – e que foge consideravelmente da tradicional redução da história de Petrópolis enquanto apenas “Cidade Imperial” (praticamente o único grande mote explorado pelo turismo municipal atualmente).

3. Metodologia de visita mediada para uma cidade que se quer criativa

Como citado, a visita técnica começou no edifício em que hoje funciona o Cefet e onde até poucos anos estava estabelecido um fórum atuando como local da justiça federal com três varas: duas cíveis e uma terceira criminal. Ali Antônio Néder, um dos articuladores nacionais do golpe empresarial-militar de 1964, foi nomeado como desembargador em 05 de outubro de 1956. Em 1960, o desembargador mineiro ganha o título de cidadão petropolitano e logo em 11 de abril de 1962, o governador do estado do Rio de Janeiro o designa para a 3ª vara de Petrópolis, a vara criminal. Contudo, logo depois do golpe, Néder é transferido, alça cargos maiores e fica em seu lugar o juiz Paulo Gomes da Silva (até 1985, no processo de redemocratização). Com o recrudescimento da repressão vários julgamentos não mais passaram pelo Fórum, especialmente a partir do Ato Institucional n. 05. Nesse período um dos mais destacados dirigentes do PCB (Partido Comunista Brasileiro) na cidade, o português Fabrício Alves de Quadros, morador de Petrópolis e veterano da Revolta Vermelha de

1935, foi uma das pessoas pela qual a resistência à ditadura em Petrópolis se fez presente.

Maria Alves de Quadros conta em seu livro *Fabício: Quadros de uma existência* (2011: p. 169) que seu pai, após voltar do seu exílio pós-golpe no Uruguai, teria tido que ir até o fórum prestar depoimento em 06 de janeiro de 1965, quando se colocou à disposição para qualquer esclarecimento. Todavia, foi levado até a delegacia, sendo interrogado novamente e levado para o DOI-CODI, em Niterói. Durante o regime empresarial-militar, Quadros foi preso em diversas ocasiões. Cabe reforçar que, como local de justiça, o fórum de Petrópolis esteve conivente com o cerceamento, a partir do Ato Constitucional N. 5 (AI-5), em vigor na década de 1968-78, que dava autoridade à polícia e ao exército de prender qualquer pessoa sem mandato jurídico, ou mesmo motivo aparente, extinguindo o direito do cidadão ao habeas corpus. Clara e real a efetivação da ditadura, prejudicial ao equilíbrio do Judiciário em detrimento da força de censura do Executivo, que esta experiência lembra e ressignifica.

Do Cefet, nos dirigimos em grupo para um dos locais de repressão próximos, a antiga delegacia de polícia, a 67^a. Na época do regime militar havia uma rede de comunicação entre as delegacias de Niterói, Teresópolis e Petrópolis, a 11^a Região Policial – sediada então em Petrópolis -, os DOPS do RJ e da Guanabara, e unidades das Forças Armadas, como o antigo 1º Batalhão de Caçadores, atual Batalhão Dom Pedro II (GRUPO PRÓ-CMV, 2015: p. 11).

Descendo a rua, passamos pelo antigo Sindicato dos Têxteis, prédio de referência das lutas operárias locais desde o início do século XX (RIBEIRO, 2014), e avançamos para um lugar de memória da conspiração, o Edifício Centenário, na Rua 16 de março. Conforme relata René Dreifuss (1981: p. 406), Petrópolis foi palco fundamental da conspiração que levou ao golpe empresarial-militar de 1964, tendo como local de reuniões, desde 1962 (com a participação do próprio Gen. Amaury Kruehl), justamente o apartamento do juiz Antônio Néder (localizado em tal edifício), vizinho de pessoas de renome e igualmente envolvidas na conspiração como o general Denny e o brigadeiro Eduardo Gomes.

Em seguida, nos dirigimos à frente da Câmara Municipal de Petrópolis, onde ocorreu em 3 de maio de 1964 a cassação do vereador sindicalista José de Araújo Aranha (Partido Socialista Brasileiro – PSB) e seus suplentes comunistas. O então

vereador, além da destacada posição parlamentar, também era líder da Frente de Mobilização Popular local, tendo convocado a resistência ao golpe de 1964 (num processo que o próprio Fabrício Quadros seria, posteriormente, acusado de participar através da promoção de piquetes na cidade). Segundo relatos colhidos pela CMV Petrópolis, a Câmara teria sido também usada, já nos anos 1980, como local de tortura de pelo menos uma pessoa, o sindicalista e servidor público Enivaldo Gonçalves. Cabe registrar que, além da cassação do vereador socialista e seus suplentes, Petrópolis teve também dois prefeitos cassados: Flavio Castrioto e seu sucessor Rubens de Castro Bomtempo (médico atuante junto dos ferroviários e outra liderança política a convocar a resistência ao golpe, ainda como vice de Flavio Castrioto).

Cabe lembrar que a escolha dos lugares da visita técnica ressalta uma limitação física de percurso a pé, mas não de memória de determinada temporalidade. Interpretar o patrimônio é estimular no visitante o interesse em descobrir um determinado lugar ou objeto cultural. Segundo Murta (2005), o visitante busca símbolos e significados que mais se destacam, dessa forma, a interpretação do patrimônio possibilita várias formas de olhar para essas especificidades, auxiliando-o a entender a identidade e essência do lugar. Assim, em frente à Câmara mesmo, foi lembrado também da ocupação do atual Palácio Rio Negro, cuja memória se cristaliza por ser residência dos presidentes do Brasil nos verões, mas que, à época foi ocupado pelos militares com expressiva reforma do complexo de prédios ao fundo com amplo espaço para o 32º BMtz (e onde funciona um museu da Força Expedicionária Brasileira – local de memória também pouco valorizado).

Ali próximo à praça da Câmara Municipal, à frente do Museu Imperial, na Rua da Imperatriz, a visita técnica percorreu um inusitado local de resistência, descoberto em documentos oficiais do regime que indicam que um infiltrado no Movimento de Libertação Popular (MOLIPO) teria sido o responsável pelo fim da organização. Segundo informações presentes em “Terroristas com curso em Cuba, situação em 21 de junho de 1972” (CIE - Centro de Informações do Exército), o revolucionário Carlos Eduardo Pires Fleury, encontrado morto no IML do Rio de Janeiro, teria se encontrado com tal infiltrado nesse local.

Continuando nas trilhas das lutas por direitos, da rua da Imperatriz parte-se para outro local da memória da repressão: a antiga sede do PCB, que no 1ª de abril de

1964 estava alugada sob o nome do próprio Fabrício Quadros. Já no processo de redemocratização os comunistas petropolitanos voltariam a alugar a mesmo, agora sob a legalidade vista nos anos 1980. Esse local permite lembrar também que a atuação dos comunistas em 1964 não nascera da noite pro dia, já que na década de 1930 os mesmos tiveram muita força em Petrópolis, principalmente através da Aliança Nacional Libertadora (ANL) (MACHADO, 2008). O próprio Apolônio de Carvalho, histórico dirigente comunista brasileiro, teria ministrado cursos de formação em tal sede entre 1962 e 1964.

Como último ponto de parada e finalizando um rito de lembrança, subimos até a denominada Casa da Morte, situada no imóvel número 120 [antigo no 668] da rua Arthur Barbosa, bairro Caxambu. A casa, cedida ao CIE pelo empresário alemão Mario Lodders, morador de uma residência na cercania e *habitué* do local, era bem isolada e praticamente não tinha vizinhos à época, o que facilitava as sessões de tortura. Considerada um dos piores porões de tortura da ditadura empresarial-militar, conta-se que do local ninguém saía vivo. A exceção fora Inês Etienne Romeu, ex-dirigente da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que conseguiu sair da casa graças ao fato de ter enganado seus algozes. Pelo fato da revolucionária da VAR-Palmares ter guardado o número de telefone do centro clandestino em que fora torturada (obtido graças a um descuido na fala de um dos agentes da repressão) foi possível encontrar o imóvel em 1981 – o que criou uma comoção nacional. Para além do reconhecimento de Inês feito neste momento (da Casa da Morte e seu dono, o empresário Mario Lodders), com o passar dos anos várias figuras militares envolvidas com este aparelho confirmaram sua existência e importância, destacando-se figuras como o médico Amílcar Lobo (que auxiliava nas torturas ali ocorridas), Cláudio Guerra (que alega ter transportado corpos de vítimas da Casa) e os agentes dos serviços secretos das forças armadas Marival Chaves Dias do Canto e Paulo Malhães. A contabilidade dos mortos, somados os depoimentos de todos estes às investigações da Comissão Nacional da Verdade, varia de cerca de três dezenas até cem dirigentes-militantes de destaque nacional torturados e assassinados. Nota-se, portanto, a relevância da Casa da Morte de Petrópolis para a história da ditadura militar no Brasil e dos demais regimes análogos ocorridos na América Latina e na Ásia durante o período – daí sua escolha como local de culminância da visita técnica.

4. Considerações da experiência em resultados iniciais

A parceria entre o projeto de extensão do Cefet-RJ e a CMV Petrópolis, portanto, tornou-se uma necessidade para a construção de um processo de trabalho pedagógico eficaz, criador de condições de qualidade na formação e qualificação para a concretização desta atividade. A experiência de visita nos locais de repressão e oposição do período do golpe de 1964 e da ditadura empresarial-militar em Petrópolis contribui não só para o enriquecimento teórico-prático de professores e alunos da educação básica e do bacharelado em Turismo, mas também da sociedade petropolitana como um todo, já que esta é uma parte da história tradicionalmente eclipsada ante o rótulo que lhe impôs o título de “Cidade Imperial” (oficializado, aliás, na ditadura com um decreto do ditador-presidente Figueiredo). Porém, sendo importante também apontar que trabalhar a cidade de Petrópolis longe dos holofotes do século XIX não lhe tira seu brilho e glamour como cidade do imperador d. Pedro II. Pelo contrário, enriquece ainda mais a importância sócio-cultural do município, naturalmente em destaque na trajetória da história brasileira, ao não o limitar a uma única perspectiva espaço-temporal.

A experiência relatada neste artigo corrobora que é importante trabalhar os aspectos locais da ditadura, além do turismo pedagógico, também através do receptivo com todo e qualquer turista que visite a cidade. A cada parada, não só nós, mediadores, registrávamos a fala da história daquele lugar de memória, mas instigávamos a memória daqueles inscritos na atividade, como também alguns curiosos, funcionários dos prédios públicos visitados, pararam para contar suas próprias vivências.

Contudo, o processo de mediação deste percurso ainda precisa ser aprimorado e testado para se adaptar aos locais de visita, que, por sua vez e por serem prédios públicos designados a funções primárias, carecem de estrutura para receber grupos e, de fato, tornarem-se pontos turísticos. A interação não só de pedestres e moradores, mas também dos grupos que realizaram ambas visitas técnicas, reforça a necessidade de desenvolver e aprimorar a pesquisa, para sermos capazes de tornar a Casa da Morte um Centro de Memória, Verdade e Justiça, como um marco significativo de trabalho da memória da ditadura empresarial-militar brasileira.

Referências Bibliográficas

- BÉDARIDA, François. “Tempo presente e presença da história”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org.) *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- BOMTEMPO, Rubens de Castro. *Estação Petrópolis: memórias de um médico que não perdeu o trem da História*. Rio de Janeiro: Desiderata, 2006.
- CARVALHO, Renata C. de; VIEIRA, Salete; VIANA, Moises dos Santos. “Visitas Técnicas: Ensino-Aprendizagem no Curso de Turismo” In: *IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*. 30 de agosto e 01 de setembro de 2012 – Universidade Anhembí Morumbi - São Paulo.
- CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- COSTA, Flávia Roberta. *Turismo e Patrimônio Cultural: interpretação e qualificação*. São Paulo: Editora Senac São Paulo: Edições SESC SP, 2009.
- DREIFUSS, René. 1964. *A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FREIRE, Cristina. *Além dos mapas: os movimentos no imaginário urbano contemporâneo*. São Paulo: SESC: Annablume, 1997.
- GROSSI, Diego e SCHIFFLER NETO, Roberto. *A Casa da Morte de Petrópolis: a importância da (re)construção de uma memória além da “Cidade Imperial” para a consolidação democrática*. Acesso livre, n. 2, 2014.
- GROSSI, Diego e SCHIFFLER NETO, Roberto. *Cartografia da Ditadura/Petrópolis*. Disponível em <http://www.cartografiasdaditadura.org.br> acessado em maio de 2017.
- GRUPO PRÓ-CMV (PETRÓPOLIS). *Relatório parcial*. 2015. Disponível em: www.cev-rio.org.br/site/arq/Grupo-Pro-CMV-Petropolis-Relatorio-Parcial.pdf Acessado em: maio de 2017.
- HAYLLAS, Bruce et all. *Turismo em cidades: espaços urbanos, lugares turísticos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora/ Universidade Cândido Mendes / Museu de Arte Moderna, 2000.
- LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade e seus elementos*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MACHADO, Paulo Henrique. *Pão, terra e liberdade na cidade imperial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- MARINI, Ruy Mauro. *Brasil: da ditadura à democracia, 1964-1990*. Disponível em <marxists.org/portugues/marini/1991/03/brasil.htm>. Acesso em: 12 mar. 2017.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MURTA, Stela Maris. *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

NORA, Pierre. “Entre memória e história - a problemática dos lugares” In: *Projeto História*: revista do programa de estudos pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1993.

PAES, Maria Tereza Duarte. *Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais – um olhar geográfico*. In: Anais do XII Encontro de Geógrafos da América Latina. Montevideu, 2009.

QUADROS, Maria Alves de. *Fabício: quadros de uma existência... a intrepidante saga de um idealista*. Petrópolis: edição do autor, 2011.

REIS, Ana Carla Fonseca. “Cidades criativas - burilando um conceito em formação”. In: *Iara – Revista de Moda, Cultura e Arte* - São Paulo – V.4 N°1 abril 2011 – Reflexões Estéticas. pp. 127-139

RIBEIRO, Norton. *Petrópolis, cidade operária: a trajetória do movimento operário na indústria têxtil (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

SOUZA, Cidiléia Firmino de; FERREIRA, Ana Maria Gonçalves; SILVA, Chirlane; CHAVES, Felipe Fontes. *O papel da visita técnica na educação profissional: estudo de caso no Campus Araguatins do Instituto Federal do Tocantins*. In: VII Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação. Palmas, Tocantins, 2012. Disponível em: <http://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/connepi/vii/paper/viewFile/3806/2732>. Acessado em 06 de maio de 2017.

URRY, John. *O olhar do Turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Nobel / SESC, 2001.

Patrícia Ferreira de Souza Lima: Doutora em História Social pela UFRJ (2006) e mestre em História Social da Cultura pela PUC-Rio (2001), tendo estágio pós-doutoral pela UFRJ (2012). Professora EBTB desde 2015 do Cefet/RJ campus Petrópolis. Email: lima.patriciasouza@gmail.com

Diego Grossi: Doutorando em Ciência Política (IESP-UERJ) com bolsa da FAPERJ; Mestre em História (PPGHC-UFRJ). Atua como colaborador voluntário da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis: E-mail: diegogrossibr@gmail.com

Artigo recebido para publicação em: Fevereiro de 2018.

Artigo aprovado para publicação em: Março de 2018.

Como citar:

LIMA. Patrícia Ferreira de Souza; GROSSI. Diego. Os 'lugares da memória' da ditadura empresarial-militar revisitados em Petrópolis-RJ. **Revista Transversos. "Dossiê: Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro: três décadas de Resistência"**. Rio de Janeiro, nº. 12, pp. 282-295, Ano 05. abr. 2018. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2018.32782

